

Desenvolvimento Comunitário: das Teorias às Práticas

**Turismo, Ambiente e Práticas Educativas
em São Tomé e Príncipe**

ORGANIZADORES

Brígida Rocha Brito (Coord.)

Nuno Alarcão

Joana Marques

Ficha Técnica

Título: Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas

Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe

Organizadores: Brígida Rocha Brito (Coord.); Nuno Alarcão; Joana Marques

Colaboração: Joaquim Pinto; Bastien Loloum; Ana Sofia Alarcão; Fernanda Alvim

Autores: Adelina Pinto, Ana Cristina Palos, Ana Cristina Silva, Antónia Barreto, António Guedes, António Martelo, António Rodrigues, Araceli Serantes Pazos, Arlindo de Carvalho, Bastien Loloum, Brígida Rocha Brito, Bruno Silva, Carlos Vales, Céu Teiga, Cláudia Silva, Conceição Afonso, Danilo Barbero, Drausio Annunciato, Eleutério da Assunção, Eugénia Gonçalo, Eva Vidal, F. Veloso-Gomes, Germán Vargas, Irene Nunes, Isabel Rodrigues, Isaura Carvalho, Ivanete Nardi, Joana Marques, João Martins, Joaquim Ramos Pinto, Jorge de Carvalho, Jorge Bom Jesus, Luís Mário Almeida, Luís Moita, Manuela Cardoso, Márcia Moreno, Marcela Sobral, Mariana Roldão Cruz, Maria Teresa Andresen, Mariana Carvalho, Mário Freitas, Miguel Silveira, Nora Rizzo, Nuno Alarcão, Pablo Meira, Pedro Morais, Pedro Teiga, Rafael Branco, Raquel Lopes, Rogério Roque Amaro, Rosa Madeira, Vítor Reis, Xavier Muñoz y Torrent, Yossene Santiago

Revisão: Equipa do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Financiamento e Apoios: FCT, CPLP, Delta

Organização do Seminário: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE); Direcção-Geral do Ambiente e Direcção de Turismo da República Democrática de São Tomé e Príncipe; Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga)

Outros Apoios no âmbito do Seminário: FCT, Fundação Luso-Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, CEIDA, TAP Portugal, BANIF, Câmara Municipal de Lisboa, Culturália

Local: Lisboa

Ano: 2009

1.ª Edição (Janeiro 2009)

Tiragem: 400 exemplares

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Rua Joaquim Casimiro 6, 4.º Dt.º, 1200-696 Lisboa

e-mail: gerpress@sapo.pt

Depósito Legal: 287.969/09

ISBN: 978-989-96094-0-2

Projecto Integrado de Desenvolvimento. Turismo ecológico e cultural em espaço rural

Isaura Carvalho (Associação ROÇAMUNDO)

Na Roça S. João, antigo espaço de exploração agrícola colonial, situada no distrito de Caué, tem-se procurado desenvolver um projecto de ecoturismo em espaço rural, onde as marcas do passado ainda se encontram muito presentes na memória da(s) comunidade(s), hoje também marcada(s) pela pobreza e pelo abandono. Impõe-se, neste contexto, uma pequena explicação sobre o que se entendia pelo conceito de Roça para que melhor se perceba a opção por um projecto de ecoturismo com a participação activa da comunidade local.

A Roça é uma realidade socioeconómica de invenção colonial do séc. XIX/XX, para responder às exigências da exploração agrícola, das monoculturas do café e do cacau, cuja mão-de-obra escrava, numa primeira fase, e depois contratada, provinha do continente negro. Para que fossem economicamente rentáveis impunha-se uma organização complexa e eficaz. Autónoma a todos os níveis, a Roça representava um pequeno Estado onde o poder, fortemente hierarquizado, era arbitrariamente exercido pelo Administrador e pelos seus colaboradores mais directos. A estratigrafia social evidenciava esse poder, facilmente visível no desenho físico do seu espaço disseminado por uma vastíssima área geográfica. A Roça era pertença, regra geral, de Companhias ou Sociedades Anónimas constituídas na então Metrópole. Para melhor controlo da produção e da mão-de-obra a vasta propriedade era dividida em parcelas. A maior, a mais produtiva, ou a que possuía uma melhor localização estratégica, era a Roça Mãe, onde residia o Administrador Geral. As restantes eram as dependências, também geridas por administradores subordinados àquele. A arquitectura, a imponência dos edifícios, e a distribuição dos espaços limítrofes da Administração espelhavam a hierarquia dos poderes, a diferenciação social e a autonomia económica.

Neste contexto, a Roça S. João, pequena dependência de cerca de 400 hectares, que se estendia do litoral ao interior, próxima da antiga Vila de Angolares, era uma das dependências com sede na Roça Uba Budo, todas pertencentes à Companhia Agrícola Ultramarina, mais conhecida por CAU. Vacionada essencialmente para a produção de cacau, café, copra e óleo de palma possuía cerca de quatro centenas de trabalhadores contratados, provenientes de Angola, Moçambique e Cabo Verde que viviam dolorosamente a dureza dos tempos. Sem direitos e sem raízes apenas possuíam o dever de produzir bem e a bai-

xo custo. A comunidade angolar, esguia ao poder colonial, organizava-se na exclusão ao longo dos séculos, razão porque a aculturação só muito tardiamente se faria sentir. Fazia apenas a prestação de serviço com vínculos temporários revelando dificuldade em adaptar-se às regras laborais das roças.

Quando se dá a independência e a estrutura socioeconómica das roças se desmantela não houve capacidade para se proceder à sua reconversão dotando-a de funcionalidade sustentável, à luz dos novos tempos e da nova realidade política. Quebradas as pesadas amarras existentes no passado, feitas a distribuição indiscriminadas das terras, transformados os anteriores contratados (meros operários agrícolas) em proprietários desqualificados, a que se juntam a ausência de monitorização e acompanhamento, rapidamente levaram a que os sonhos de liberdade dessem lugar a desilusões, desmandos, abandono e saque. Gradualmente a comunidade local foi-se degradando até tornar-se numa das mais pobres do país.

Foi assim que, no seio de inúmeras adversidades onde tudo parecia apontar o fracasso, se ousou desenhar um projecto integrado de desenvolvimento onde a componente agro-turística buscou fundamento na defesa e conservação do património natural e cultural e na participação activa da comunidade local numa rede de parcerias estratégicas para a promoção do bem-estar. A conjugação de alguns factores foi fundamental para a sustentação da ideia do projecto e a sua transformação num projecto de vida, a saber: a singularidade do meio ambiente, a riqueza cultural, a criatividade na reorganização conceptual do espaço, o conhecimento da realidade histórico-social e o profundo respeito pela comunidade.

Elegeram-se, naturalmente, como pilares norteadores das acções de intervenção, os seguintes princípios: auto-sustentabilidade; parcerias estratégicas; inclusão social (solidariedade, integração, participação e partilha); defesa e conservação dos recursos naturais e culturais; requalificação dos recursos; educação e informação.

Os objectivos básicos definidos visavam: compatibilizar as actividades de ecoturismo com a reabilitação do espaço físico e a conservação das áreas naturais; fortalecer a cooperação inter-institucional; possibilitar a maior participação possível de todos os segmentos actantes no sector; envolver a comunidade local; promover e estimular a capacitação de recursos humanos; promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental; gerar recursos e renda; distribuir os benefícios pela comunidade local.

Da concepção teórica à prática foram dados os seguintes passos:

1. Gestão partilhada: apelo ao envolvimento directo da população residente na roça e na comunidade e criação de uma comissão directiva;
2. Reconversão da população e sua adequação às actividades da roça;

3. Criação da Comissão de Bairro e Gestor do bairro;
4. Hortas comunitárias;
5. Fiscalização e Produção partilhada.
6. Estabelecimento de Parceria Estratégicas (entidades nacionais e estrangeiras, Câmara Municipal, Associações de Desenvolvimento Local, Missões Diplomáticas, Organizações Internacionais de combate à pobreza e à exclusão social, Contratos - Programa com os agentes económicos da comunidade local, criação de redes de palaiês, pescadores, condutores, etc).
7. Utilização exclusiva dos recursos locais;
8. Reutilização dos saberes (partilha de saberes entre gerações - Feitor guia, Carpinteiros, calceteiros, pedreiros, artesãos, etc.)
9. Formação dos recursos humanos: formadores (residência para a formação), curso de alfabetização de adultos, educação não formal, cursos de línguas estrangeiras.
10. Reabilitação e reconversão dos espaços: Administração em pousada e restaurante, Hospital em Espaço de Criação e residência artística, Sanzala em Bairro dos Trabalhadores, Cantina em futura Creche, Oficinas em salão de convívio.
11. Actividades em curso: Turismo ecológico; Agricultura; Pecuária; Florestação; Educação ambiental; Educação artística; Animação cultural (bulawê, danço-congo); Campo de férias; Formação (artesanato, música, educação não formal); Gastronomia; Artesanato (aproveitamento dos recursos locais).
12. Projectos em desenvolvimento: Criação da Associação ROÇAMUNDO, Associação para a Cultura e Desenvolvimento, uma nova aventura no combate à pobreza e à exclusão social através da capacitação e acompanhamento da comunidade para o auto-emprego. Através da Associação têm sido implementados os seguintes projectos: Hospital de criação – projecto “Agarra a Vida” (em parceria com a Missão Francesa de Cooperação); Tutoria educativa; Educação não formal; Educação de adultos (parceria com a Embaixada do Brasil); Campo de Férias (em parceria com a Associação de Jovens Espelho para o Futuro); Atribuição de bolsas de estudo; Residência Artística: teatro, dança, artes plásticas; Roça integrada na bienal de arte e cultura; Cursos de culinária; Curso de História; Workshops diversos.
13. Projectos futuros: 1º Encontro de Desenvolvimento Local (Fevereiro ou Março); Roçalíngua, Encontro internacional de escritores de língua portuguesa (Abril ou Maio); Mengaí, Centro Piloto de produção Agro-Alimentar; Projecto Acreditar, Centro de panificação, charcutaria e doçaria; RoçaMuseu; Voador Panhá, Centro Turístico de Pesca Artesanal (em parceria com a Associação de Jovens Espelho para o Futuro); Projecto do Parque Ecológico.

As diferentes valências, gradualmente criadas, têm permitido fazer da Roça S. João um projecto auto-sustentável através da valorização dos recursos humanos (melhoria da auto-estima, confiança, segurança, responsabilização) e materiais (exploração racional e educação ambiental). É deste modo que tentamos encontrar novas soluções para um futuro melhor.

Bibliografia

- BRUTO DA COSTA, Alfredo, (1998). Exclusões sociais. Lisboa: Gradiva: 21-25 (<http://www.eselx.ipl.pt/cidadania/cidadania/exclusoes.htm>)
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti, (1998). Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo, Futura.
- FENNELL, David A. (2002). Ecoturismo: Uma introdução. São Paulo, Contexto.
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (sd) - Ecoturismo Mamirauá: reserva de desenvolvimento sustentável. Tefé. (<http://www.mamiraua.org.br/ecoturismo>)
- LEMOS, Amália Inês (1996). Turismo: impactos sócio-ambientais. São Paulo, Hucitec.
- LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Ed) (1999). Ecoturismo, um guia para planeamento e gestão. São Paulo, SENAC.
- MOLINA E, Sergio (2001). Turismo e ecologia. Barueri, EDUSC.
- NEIMAN, Zysman (Org) (2002). Meio ambiente, educação e ecoturismo. Barueri, Manole.
- Projeto OCE (1994). Oficinas de Capacitação em Ecoturismo.
- RUSCHMANN, Doris (1994). O planeamento do turismo e a proteção do meio ambiente. São Paulo, ECA/USP.
- SOUZA, André Luiz Lopes de (1994). Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. Belém, UFPA/NAEA. (Paper do NAEA, 45).
- UNESCO (sd). Exemplos práticos de projectos bem sucedidos de combate à pobreza e à exclusão social em todo o mundo (<http://www.unesco.org/most/bphome.htm>)
- WEARING, Stephen; NEIL, John (2001). Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP, Manole.
- WORLD WILDLIFE FUND (1994). Ecoturismo integrado ao manejo de várzea em Silves. Silves (<http://www.wwf.org.br/projetos>)